



ACÓRDÃO Nº1951/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11290/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Ipixuna
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sr. Fábio Martins Saraiva – Presidemte da Câmara Municipal de Ipixuna
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4331, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM nº 6897, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM nº 10428, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM nº 14193
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6230/2022-MPC-FCVM, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Ipixuna. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas da Câmara Municipal de Ipixuna, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Fábio Martins Saraiva**, com fundamento no artigo 22, II e 24, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Determinar as recomendações** constantes dos Relatórios de fls. 384/408 e 422/445, relativas a impropriedades de natureza formal que foram detectadas quando a análise das contas, alertando para o fato de que a reincidência no descumprimento pode acarretar a irregularidade de prestações de contas futuras da entidade, na forma do art. 22, §1º, da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Dar ciência** da presente decisão ao **Sr. Fábio Martins Saraiva**, na qualidade de Gestor e aos demais responsáveis constantes nos autos.



ACÓRDÃO Nº1951/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luís Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral